



## Ata Nº 6

### Quadriénio 2021/2025

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na localidade de Monte Redondo, no Salão Nobre do edifício sede da Junta de Freguesia, na presença de todos os membros da assembleia, realizou-se a **reunião ordinária** de funcionamento da Assembleia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, presidida por Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar.

O Presidente da Assembleia colocou a ata n.º 5, de vinte e sete de junho de 2022, a votação, a qual foi aprovada com oito votos a favor e uma abstenção.

Lino Loureiro apresentou, em nome de todos os membros da assembleia, um voto de pesar pelo falecimento do senhor David Gaspar, pai de Céline Gaspar, presidente do executivo da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira (ANEXO 1).

De seguida, foi apresentada, por Ana Carla Gomes, uma Moção da Bancada do PS sobre a exploração de Caulinos e Inertes no Norte do Concelho de Leiria (ANEXO 2), a qual foi aprovada por unanimidade.

Passando ao período antes da ordem do dia, Renato Silva destacou o sucesso que foi mais esta edição da Fesmonte e referiu que esse sucesso se deve, em primeiro lugar, à vontade dos vários executivos de colocar a nossa freguesia no mapa dos eventos, ao nível cultural, gastronómico e de entretenimento da nossa zona e das regiões circundantes e, em segundo lugar, ao voluntariado, que depende da capacidade mobilizadora e de motivação que o executivo vai demonstrando. Se as pessoas não estivessem em sintonia com a vontade do executivo, não seria possível termos uma Fesmonte com sucesso.

Embora muita gente considere que a Fesmonte é um evento que dá prejuízo, uma análise do ponto de vista financeiro permite concluir que as associações que querem estar presentes têm beneficiado com o evento. Portanto, de uma forma geral, a Fesmonte deve orgulhar-nos por termos participado nele e por ter sido realizado na nossa freguesia. Provamos que conseguimos ser bairristas e que temos a capacidade de criar um evento e de promover a nossa freguesia muito para além dos limites da freguesia e do concelho. Considera que a Fesmonte atingiu o nível de um Município, embora sejamos uma freguesia e que é a prova de que unidos conseguimos fazer mais e melhores coisas, em vez de andarmos de costas voltadas e separados.

José Estrada disse que gostaria de saber em que fase se encontram as obras do Posto da GNR e do Projeto das Salinas da Junqueira e, se seria possível, num futuro próximo, fazer uma nova marcação dos lugares do parque de estacionamento junto às lojas da Rua da Escola, em Monte Redondo, para uma melhor ordem e qualidade de vida, visto que o atual pavimento tem a marcação há mais de vinte anos.

Sugeriu que se deveria pensar, num futuro próximo, numa casa mortuária que dê acesso a todas as pessoas que pratiquem outras religiões.

Céline Gaspar, após cumprimentar todos os presentes, agradeceu o gesto do voto de pesar pelo falecimento do pai.



Agradeceu, também, as palavras de Renato Silva sobre a Fesmonte, dizendo que este evento só é possível com pessoas que têm o mesmo objetivo do executivo e destacou o envolvimento dos voluntários e das associações, realçando que este evento é muito mais do que uma festa, está assente na dinâmica do associativismo e da união entre as pessoas para podermos ter um resultado como aquele que tivemos este ano. Por outro lado, há o lado económico, não só dentro da freguesia, mas também fora dela. Para se construir um evento desta dimensão, são precisos serviços e equipamentos, muitos contratados dentro da região, o que é uma das partes importantes da Fesmonte.

Em relação ao Posto da GNR, foi aprovado o projeto de execução com estimativa orçamental e, neste momento, o Município aguarda a assinatura do protocolo com a Administração Interna. Só depois é que é possível lançar a concurso público. A presidente do executivo não tem a informação sobre o tempo que poderá demorar. O projeto teve o parecer do Ministério da Administração Interna e, após isso, foi aprovado pelo Município e agora aguarda-se o protocolo, visto que a obra terá o apoio do Estado.

Em relação às Salinas da Junqueira, como já foi explicado anteriormente, durante a obra, verificou-se que não era possível manter o edifício como estava e foi rescindido o contrato com o empreiteiro, por mútuo acordo, tendo sido adjudicado um novo projeto, que vai ser todo alterado, quer ao nível da casa dos salineiros, quer do passadiço, que se prevê que, em vez de ser uma linha reta, vá ser circular. A empresa à qual foi adjudicado o projeto vai tratar de tudo, inclusivamente de fazer um estudo geológico, que não estava previsto anteriormente, mas que, neste momento, tem de ser feito, para se poder reconstruir o edifício da melhor forma. Em termos orçamentais, só para o projeto, são mais de 40 mil euros. Infelizmente, é um terreno muito complicado, daí a demora do processo. No entanto, o executivo continua a pressionar para que tudo se resolva o mais rapidamente possível.

Relativamente à marcação do pavimento, o executivo vai expor a situação ao Município, visto ser da sua competência, e verificar as zonas que são públicas e as que são de propriedade horizontal, para informar o que é possível fazer.

Quanto à Casa Mortuária, foi um assunto que já foi falado na reunião com o Pároco. O executivo irá encetar todos os esforços para o alargamento do respetivo cemitério. A primeira fase será a aquisição de terrenos e o muramento dessa zona. Numa segunda fase, então, far-se-á a construção de uma Casa Mortuária. Em termos de projeto, será equacionada a melhor localização, dependendo, também, da área que se consiga adquirir. Já foi feita uma primeira abordagem a um dos representantes dos terrenos no local e iniciar-se-á o processo de negociação. Dependendo da área que seja possível adquirir, o executivo pretende construir uma Casa Mortuária, um Ossário e Gavetões.

De seguida, passou-se à inscrição do público para intervir no final da ordem do dia e deu-se cumprimento à ordem de trabalhos.

No que concerne ao **Ponto 1. Relatório da Presidente da Junta sobre a atividade da Junta de Freguesia e situação financeira - apreciação nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12 de setembro, alterada**, o ponto foi apreciado.



Dando cumprimento ao **Ponto 2. Autorização para a modificação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito da Educação - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei no 75/2013, de 12 de setembro, alterada**, Céline Gaspar referiu que este ponto decorre de uma alteração que tem que ver com a atualização de valores do apoio ao contrato interadministrativo, que diz respeito às escolas e que também altera os valores mensais que a Junta de Freguesia recebe. O executivo tem a organização dos almoços, das AAF e das CAF, sendo que a CAF não tem participação financeira, enquanto as AAF e os almoços têm. O valor que era transferido pelo Município era inferior e no fim do ano tinha de haver um acerto, cujo valor era muito elevado e o executivo estava a adiantar muito valor ao Município. Neste momento, os valores foram alterados e isso está espelhado no contrato, tendo de ser aprovado pela assembleia de freguesia.

O ponto foi aprovado por unanimidade.

No atinente ao **Ponto 3. III Revisão ao Orçamento da Despesa e da Receita 2022 e III Revisão do Plano Plurianual de Investimentos - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada**, Céline Gaspar explicou que o orçamento da Junta de Freguesia tem de ser revisto por várias razões, nomeadamente com a revisão do Fundo de Financiamento de Freguesias, visto que o Orçamento de Estado foi aprovado só em 2022 e não em dezembro de 2021 e, portanto, o valor estimado em dezembro, quando o executivo fez o orçamento, foi igual ao do ano anterior. No entanto, houve uma revisão e é necessário votar a rubrica de maior valor, tal como está no documento que foi distribuído aos membros da assembleia. Além disso, verificou-se que, em algumas rubricas, o executivo estimou um valor inferior àquele que, em setembro, verificou que não era suficiente, nomeadamente, nas escolas. No que diz respeito à Fesmonte, também foi estimada abaixo da realidade em termos de receita, visto que a receita da Fesmonte foi de 263, 718, 11 €, enquanto a despesa, embora ainda falem apurar alguns itens, soma 292, 504, 59€. Por isso, o investimento por parte da Junta de Freguesia rondará os 28 mil euros. As associações tiveram um bom resultado, sem dados concretos por parte delas, que não costumam divulgar o lucro apurado, embora o executivo gostasse que o fizessem. Se a receita da Junta de Freguesia fosse para pagar o evento, este ano teria um resultado positivo, o que é motivo de orgulho, porque poderemos ter um evento em que podemos dar às associações de uma vez só 30 ou 40 mil euros, o que não seria possível de outra forma, porque não há apoios. Para além disso, tendo em conta que as coisas aumentaram cerca de 40% a 60%, o resultado foi muito positivo. Para o que contribuíram também os quase 160 mil euros de apoios das empresas, o que demonstrou o quão estão ao lado do executivo, nesta iniciativa. O executivo apurou que a Fesmonte teve 38.076 visitantes, incluindo os voluntários que estavam no recinto, sendo que houve 3900 voluntários a circular durante todo o evento. Um dos benefícios dos patrocinadores foi a disponibilização de bilhetes ou pulseiras.

Ainda, em relação à revisão, a Junta de Freguesia previa a aquisição de uma carrinha elétrica de nove lugares, mas, infelizmente, houve vários fatores que a tornaram inviável no presente ano. O executivo fez um procedimento, convidou empresas e estas não responderam. Fez uma nova consulta e nenhuma das empresas



conseguiu cumprir o critério do prazo de entrega, até 15 de dezembro, porque tem de enviar-se a despesa para o Município, para receber o apoio. Como estes apoios do município não são acumuláveis, o facto de a carrinha não chegar até à data referida, iria fazer com que se perdesse a possibilidade de ter esse apoio do Município para a aquisição de um equipamento. Tinha já havido uma alteração, porque se verificou que era impossível concluir uma obra dentro do prazo. Agora o executivo solicitou o apoio para a aquisição de uma carregadora compacta de rodas.

Em relação ao plano plurianual de investimento, também precisou de adequação à realidade, como está espelhado nos documentos entregues aos membros da assembleia.

David Teotónio questionou se, em vez de uma carrinha elétrica, não equacionaram a compra de uma carrinha movida a combustível fóssil.

Céline Gaspar respondeu que a aquisição de uma carrinha elétrica teria como objetivo situações pontuais, para não constituir uma despesa acrescida. Uma ferramenta de trabalho será mais utilizada e mais necessária para o serviço frequente e será uma forma de reduzir custos relativamente ao uso do trator, visto ter um consumo três vezes menor.

O ponto foi aprovado com seis votos a favor dos membros Ana Carla Gomes, Cristiana Pinto, Lino Loureiro, Paulo Gaspar, Renato Silva e Vítor Tomé e três abstenções dos membros David Teotónio, Joana Pinto e José Estrada.

Cumprindo o **Ponto 4. Deliberação sobre pareceres da Junta de Freguesia relativamente às concessões de exploração de caulinos e inertes - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea k) do nº 2 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada**, a Presidente do executivo explicou que este ponto surge na sequência de um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido devido a uma potencial concessão no Grou, que tem envolvido a população, que criou um abaixo-assinado, com a intervenção de 85 pessoas e entidades como a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia. Na consulta pública que existiu sobre uma potencial concessão em Fonte Cova, a Junta de Freguesia tem encetado esforços com a população, com os Municípios de Leiria e Pombal, e com as Junta de Freguesia da Guia e do Coimbrão, no sentido de manter viva esta luta relativamente ao impedimento de mais concessões na nossa área. Tal como o executivo apresentou na deliberação, considera que, a partir deste momento, faz todo o sentido que a assembleia de freguesia esteja envolvida em todas as emissões de pareceres, relativamente a este assunto, pelos motivos elencados a seguir: em primeiro lugar, não é sequer obrigatória a emissão de parecer por parte das juntas de freguesia, mas é prática deste Município, sempre que exista alguma questão relacionada com estes ou outros assuntos, pedir o parecer da Junta de Freguesia; por outro lado, está já constituído um grupo de trabalho com cidadãos do Grou, Fonte Cova e Guia, para que sejam apresentadas às autoridades as consequências da exploração e para alertar para impactos ainda mais nocivos na nossa região.

Ao existir uma deliberação da Assembleia de Freguesia, ela estende-se no tempo até existir a sua revogação, o que obriga qualquer outro executivo a trazer sempre os pareceres à assembleia de freguesia.



Este grupo de trabalho vai ter a sua apresentação pública no dia 17 de outubro, às 14h, para que a Comunicação Social esteja presente. Convidou quem pudesse estar para assistir à cerimónia, pois é fundamental ter o apoio da população, nomeadamente dos membros da assembleia.

Nessa altura, terá início um novo abaixo-assinado sobre a oposição da comunidade relativamente a novas explorações. O executivo sabe que os recursos são necessários e o facto de a nossa área ser rica nesses recursos fez com que fosse alvo de algumas concessões, mas existindo explorações ativas por tempo indeterminado, não faz sentido criar novas.

Relativamente a Fonte Cova 1, no dia da consulta pública, houve uma empresa que manifestou interesse na mesma área que estava a discussão pública, o que vai obrigar a que seja feito um concurso público para a concessão dessa área. A Direção Geral de Energia e Geologia nunca fez antes nenhum concurso público para as concessões de caulinos e inertes. Isso vai obrigar a que as empresas tenham de concorrer imediatamente com todos os dados, como o estudo de impacto ambiental, pelo que se calcula que seja um processo demorado. Esta demora dá à população e ao executivo a possibilidade de fazer mais pressão para impedir a existência de novas explorações, visto que os pedidos feitos, se fossem concessionados, atingiriam os 1057 hectares.

Joana Pinto afirmou que a bancada do PSD não está contra as explorações, mas sim contra as dimensões que estas explorações apresentam neste momento. Esteve presente nas sessões de esclarecimento da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira e da União das Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca e constatou que as duas Juntas de Freguesia ainda não tinham reunido nem os Municípios de Pombal e Leiria. Por isso, pergunta se as Juntas já se reuniram e se o executivo pode partilhar o que conversaram.

Céline Gaspar respondeu que, como foi referido, foi criado um grupo de trabalho constituído pelos Municípios de Leiria e Pombal e pelas Juntas de Freguesia do Coimbrão e das Uniões das Freguesias de Monte Redondo e Carreira e da Guia, Ilha e Mata Mourisca. Têm reunido e tem sido desenvolvido um plano que vai ser apresentado dia 17 de outubro, às 14h, estando também a ver qual é a possibilidade de se fazer um estudo ambiental, com o apoio dos técnicos do Município, sobre as consequências das explorações se forem cumulativas. O grupo de trabalho efetivo já reuniu três vezes, tendo a iniciativa partido da nossa população, da nossa junta de freguesia e do nosso município. O grupo está a trabalhar no sentido de divulgar a situação nas Assembleias Municipais e de Freguesia, através de Moções e de Pareceres, de uma reunião com a Direção Geral da Energia e Geologia e da Comunicação Social. A cerimónia de apresentação do grupo de trabalho é no Grou, pois é a localidade que pertence às três freguesias e aos dois Municípios.

O Presidente da Assembleia esclareceu que a votação é sobre a obrigatoriedade da Junta de Freguesia informar e solicitar um parecer à Assembleia de Freguesia, sempre que receber um pedido de parecer sobre a exploração de caulinos e inertes.

O ponto foi aprovado por unanimidade.



---

Relativamente ao **Ponto 5. Revogação do Acordo com a Associação de Moradores do Casal Novo, Lage e Graveto para utilização da antiga EB do Casal Novo - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea i) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada**, Céline Gaspar referiu que foi contactada pelo Presidente da Associação de Moradores do Casal Novo, Lage e Graveto, no dia 11 de setembro, manifestando vontade de rescindir o contrato, sem apresentar uma justificação. A senhora presidente indicou os passos que deveria seguir e recebeu a carta que passou a ler: «Exma. sra. Presidente. Vimos por este meio rescindir o acordo que esta associação tem com a junta de freguesia de Monte Redondo, relativamente ao uso das instalações da Escola Primária do Casal Novo, por motivo de não se justificar mais a necessidade da utilização da mesma para o uso desta associação. Agradecendo, desde já, a vossa compreensão, ficamos a aguardar o deferimento da vossa parte.».

Considerando que foi um acordo aprovado em assembleia de freguesia, a sua revogação também tem que ser aprovada pela assembleia de freguesia.

O ponto foi aprovado por unanimidade.

Não havendo intervenções do público, foi elaborada uma minuta da assembleia, aprovada por todos os membros.

O Presidente da Mesa deu assim por encerrada a sessão às 22h32, da qual se lavrou a ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos secretários.

O Presidente da Assembleia

---

(Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar)

A Primeira Secretária

---

(Ana Carla Marques Pereira Gomes)

O Segundo Secretário

---

(Lino Loureiro)



Sessão de 30 de setembro de 2022

Voto de pesar conjunto PS/PSD

A Assembleia de Freguesia lamenta profundamente a morte de David de Jesus Gaspar, ocorrida a 19 de agosto, pai da senhora Presidente do Executivo, Céline Gaspar, a quem sempre apoiou e acompanhou nas mais diversas atividades desenvolvidas, tendo sido membro da Assembleia de Freguesia de Monte Redondo.

Residente nos Montijos, Monte Redondo, David de Jesus Gaspar, de 71 anos, teve uma importante participação na vida ativa na nossa freguesia, tendo feito parte da assembleia de freguesia de Monte Redondo.

Ao nível da participação cívica, assumiu ainda um importante papel no associativismo, tendo feito parte da direção da Filarmónica Nossa Senhora da Piedade, tendo assumido diversos cargos, como Secretário, entre 1992 e 1994, Tesoureiro entre 1997 e 2003 e Vice-Presidente, entre 2017 e 2020, e fez ainda parte do Conselho Económico da Igreja Paroquial.

Era uma pessoa conhecida de todos, sempre com um sorriso amável, deixando, sem dúvida, a comunidade mais pobre.

A Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira aprova por unanimidade um voto de pesar perante a morte de David de Jesus Gaspar e associa-se ao luto e à dor sentida pela família e amigos mais próximos.

Pela bancada do PS

Paulo Gaspar

Pela bancada do PSD

Joana Pinto



Sessão de 30 de setembro de 2022

### **EXPLORAÇÃO DE CAULINOS E INERTES NO NORTE DO CONCELHO DE LEIRIA**

Ao longo dos anos, o Norte do Concelho de Leiria, nomeadamente a Freguesia de Monte Redondo, hoje União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, tem vindo a assistir a profundas alterações na paisagem e no seu ecossistema provocadas por inúmeros fatores, um dos quais o aumento significativo das áreas de exploração de caulinos e inertes. Perante a possibilidade de novas concessões no território, a população pede o apoio das autarquias locais de forma a impedir a continuação deste tipo de processo.

Durante os últimos 20 anos, a Freguesia tem assistido ao crescimento deste tipo de exploração que provoca, naturalmente, uma série de impactos nocivos, quer para o território, quer para a população que ali reside. Os impactos são significativos quer a nível ambiental, quer a nível social e económico.

Contam-nos os cidadãos que ao longo da ribeira principal de Fonte Cova existiam mais de 30 moinhos e que, a partir do momento em que se iniciaram as explorações, os níveis da água foram diminuindo «a olhos vistos» e os moinhos deixaram sequer de poder funcionar. Além da consequência ambiental aqui demonstrada, essa redução do nível da água tem vindo a trazer consequências para a agricultura de subsistência, de extremo valor para a população dos lugares de Fonte Cova e Grou, verificando-se, neste contexto, consequências sociais e económicas para a população.

Soma a este facto, ainda, igualmente gravoso, o facto de os proprietários, perante uma concessão, perderem total direito sobre o uso do solo das suas propriedades. Muitos cidadãos herdaram aqueles pedaços de terra dos seus antepassados e estes oferecem-lhe algum rendimento assíduo, pelo que, sendo uma área concessionada, perdem o poder sobre aquilo que é seu por direito.

Este tipo de atividade promove, também, um desmantelamento constante da paisagem florestal. Ao longo dos anos, e porque as explorações existentes não terminaram ainda, não tem existido qualquer valorização e proteção ecológica, biofísica e paisagística das áreas em exploração, o que leva a presumir que, em novas concessões, a realidade será a mesma. As áreas florestais têm sido fustigadas pelos incêndios ao longo dos anos, pelo que consideramos que, sendo essa situação dificilmente controlada, temos, pois, todos a obrigação de proteger as áreas que não sofreram esses danos e não permitir que, em resultado propositado da mão humana, se continue a castigar a natureza dessa forma.

Numa conjuntura de seca extrema como aquela em que vivemos e que ninguém pode garantir quando terminará, torna-se, ainda, completamente imprudente colocar-se a hipótese de permitir atividades que têm efetivamente impacto no uso da água. As explorações existentes ainda não apresentam «fim à vista». Não temos, todos, a obrigação de criar um plano específico perante a conjuntura atual relativamente aos recursos que estão aqui em causa? Pedimos à população para realizar um uso moderado da água, mas tem sido adaptado o uso da água nesta atividade para fazer face à problemática com que nos «vemos a braços»?

Além da redução do nível das águas, coloca-se, ainda, a possibilidade de contaminação dos aquíferos freáticos. Várias são as fontes nas áreas envolventes que já não apresentam água própria para consumo humano. Qual a responsabilidade que teremos se aumentarmos mais a área de exploração





de caulinos nesta região? Qual é efetivamente o risco – se é que é possível quantificar – da contaminação das águas dos furos de água que abastecem vários concelhos, nomeadamente os furos das Águas do Centro e Litoral?

Ainda no âmbito dos impactos ambientais a considerar, será, pois, fundamental refletir sobre quais as consequências que as alterações topográficas dos terrenos poderão vir a provocar ao nível dos lençóis freáticos e, uma vez mais, vemos que o risco é elevado quanto às consequências para este bem essencial que a natureza nos oferece: a água.

Assim, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, na sessão ordinária de 30 de setembro de 2022, deliberou:

☐ Concordar com o impedimento de qualquer nova concessão de exploração de depósitos minerais de caulinos e inertes no Norte do Concelho de Leiria, enquanto existirem explorações ativas no território em apreço ou em territórios confinantes.

☐ Reiterar junto de todas as entidades competentes que a sociedade precisa dos recursos geológicos para o seu desenvolvimento económico. Contudo, é necessário que esse desenvolvimento se faça de forma sustentável, isto é, “que vá ao encontro das necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações poderem dar resposta às suas”.

☐ Defender que a exploração de recursos minerais é essencial que seja feita no respeito pelas opções das populações. A exploração mineira não pode contribuir para o pesado passivo ambiental, devendo ser ponderados os interesses a médio e longo prazo.

☐ Enviar esta missiva à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, à CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, à Direção Geral de Geologia, à Agência Portuguesa do Ambiente, à Secretaria de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território, ao Ministro do Ambiente e da Ação Climática, ao Primeiro-ministro e ao Presidente da República.

A Bancada do PS